



CAPITALISMO E MEIO AMBIENTE: uma equação possível?

Sérgio Paulo de Oliveira

Doutorando em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste.

Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento pela

Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA.

E-mail: prof.sergio2021@hotmail.com

Gilson Batista de Oliveira

Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná.

Docente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento

(PPGPPD) e do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE)

da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA.

E-mail: gilbaol@hotmail.com

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Sérgio Paulo de Oliveira y Gilson Batista de Oliveira: “Capitalismo e meio ambiente: uma equação possível?”, Revista Observatorio de las Ciencias Sociales en Iberoamérica, ISSN: 2660-5554 (Vol 3, Número 18, enero 2022, pp.141-156). En línea:

<https://www.eumed.net/es/revistas/observatorio-de-las-ciencias-sociales-en-iberoamerica/ocsi-enero-22/capitalismo-meioambiente>

RESUMO

Tendo como objetivo contribuir nas reflexões acerca das interfaces da relação entre o homem e o meio ambiente, este trabalho acompanha a evolução histórica desse processo. Busca-se realizar uma breve análise dos principais momentos e fatos que demarcam essa trajetória de intervenções humanas na natureza. Dos primórdios dos tempos até os dias atuais passando pelo mercantilismo, revolução industrial, liberalismo, keynesianismo, ecodesenvolvimentismo - dentre outras doutrinas, teorias e conceitos – percebe-se que a ação antrópica vem direcionando a humanidade para o esgotamento dos recursos naturais; o planeta emite sinais inequívocos de que se encontra no limite de sua capacidade de suporte. No entanto, percebe-se que os dirigentes globais e a sociedade como um todo, mesmo tendo absoluta consciência da iminente irreversibilidade do fenômeno, não têm alcançado êxito em suas ações e políticas públicas com vistas a impedir um colapso social e ambiental em proporções mundiais.

Palavras-chave: meio ambiente, capitalismo, ecodesenvolvimentismo, consumismo.

CAPITALISM AND THE ENVIRONMENT: a possible equation?

Recibido: 08/07/2021 Corregido: 02/02/2022 Publicado: 02/02/2022

ABSTRACT

Aiming to contribute to the reflections about the interfaces of the relationship between man and the environment, this paper follows the historical evolution of this process. We seek to make a brief analysis of the main moments and facts that mark this trajectory of human interventions in nature. From the dawn of time to the present day, passing through the mercantilism, industrial revolution, liberalism, Keynesianism, ecodevelopmentism - among other doctrines, theories and concepts - it is clear that anthropic action has been directing humanity towards the exhaustion of natural resources; The planet gives unequivocal signals that it is at the limit of its carrying capacity. However, it is clear that global leaders and society as a whole, despite being absolutely aware of the imminent irreversibility of the phenomenon, have not been successful in their actions and public policies aimed at preventing a social and environmental collapse in global proportions.

Keywords: environment, capitalism, ecodevelopmentism, consumerism.

CAPITALISMO Y MEDIO AMBIENTE: ¿una posible ecuación?**RESUMEN**

Con el objetivo de contribuir con las reflexiones sobre las interfaces de la relación entre el hombre y el medio ambiente, este trabajo sigue la evolución histórica de este proceso. Se busca realizar un breve análisis de los principales momentos y hechos que demarcan esta trayectoria de intervenciones humanas en la naturaleza. Desde el inicio de los tiempos hasta la actualidad, pasando por el mercantilismo, la revolución industrial, el liberalismo, el keynesianismo, el ecodesarrollo - entre otras doctrinas, teorías y conceptos - es evidente que la acción antrópica ven encaminando a la humanidad hacia el agotamiento de los recursos naturales; el planeta envía señales inconfundibles de que está al límite de su capacidad de soporte. Sin embargo, es claro que los líderes globales y la sociedad en su conjunto, aunque son plenamente conscientes de la inminente irreversibilidad del fenómeno, no han tenido éxito en sus acciones y políticas públicas encaminadas a prevenir un colapso social y ambiental a escala global

Palabras clave: medio ambiente, capitalismo, ecodesarrollo, consumismo.

INTRODUÇÃO

A história da humanidade tem sido marcada pela luta do ser humano com vistas à manutenção da sobrevivência e pela busca por melhores condições de vida. Desde os primórdios dos tempos, o homem se organizou pela necessidade de morar, se sustentar e, para isso, de várias formas, tem interferido na natureza, explorando e modificando a mesma. Dos caçadores ou coletores até a revolução agrícola – em que o homem se estruturou para poder produzir – essa interação ocorreu com impactos

pouco significativos ao meio ambiente. A caça, a pesca, o desmatamento, o plantio, a produção de ferramentas, a construção de habitações, a incipiente urbanização e a produção de rejeitos e resíduos humanos aconteceram em escala sem significado relevante no que se refere ao equilíbrio ambiental, haja vista também que a população mundial da época em questão era incomparavelmente menor que a registrada nos períodos subsequentes da civilização.

Na Europa o crescimento populacional nos anos finais do Império Romano e os primeiros 500 anos da Idade Média, ou seja, o período compreendido entre o século V e o século XI, também se manteve pouco elevado em função de que esse período foi marcado pelas invasões bárbaras e suas consequências. Desta forma, com o final das guerras e a consequente redução das taxas de mortalidade, na Baixa Idade Média – período iniciado após o ano 1000 – registrou-se um acentuado crescimento populacional.

Nessa época, teve início todo um movimento em direção ao Oriente, especialmente com as Cruzadas (1096 a 1270) que, apesar de se revestir de um caráter religioso, era implicitamente um empreendimento econômico, pois o que se buscou, sobretudo, foi a implementação de comércio com o Oriente, novos mercados e obtenção de mais terras para se produzir alimentos com vistas a atender às demandas de uma população em crescimento na Europa. Em decorrência desse processo – intenso fluxo comercial com o oriente – a partir do século XI, verificou-se uma reforma nas estruturas das cidades e o surgimento da classe social burguesa.

No século XIV, ocorreu uma redução significativa da população europeia devido à Grande Fome entre 1315 e 1317 e à epidemia da Peste Negra – que teve seu auge entre 1346 e 1353. Ambos os fatores somados dizimaram quase 50% da população existente no velho continente.

Retoma-se o aumento populacional no século XV e a Europa Ocidental inicia um movimento de busca por novos caminhos para o Oriente – as rotas por via terrestre tornaram-se impraticáveis em função dos custos e da segurança – assim, tem início o período das grandes navegações, a expansão comercial e a consequente descoberta, ocupação e colonização da América. Dessa forma, os séculos XVI e XVII foram marcados pelo mercantilismo e pelo capitalismo comercial.

Ressalte-se que, até então, os reflexos da ação antrópica (ação do homem) sobre o meio ambiente ainda não eram considerados para efeitos de estudo, preocupação ou ações governamentais, haja vista a insignificância desse impacto.

Desta forma, acompanhando a evolução do tempo e da história, o presente trabalho busca tanto apresentar quanto provocar reflexões diversas acerca dessa relação entre o ser humano e o meio ambiente, através da releitura dos acontecimentos que mais marcaram essa dinâmica e do pensamento dos principais atores que, através de suas obras e ações, têm contribuído para que se possa tentar compreender os caminhos adotados pelo homem para chegar até os dias atuais e, a partir disso, buscar, também, vislumbrar para onde esses mesmos caminhos podem estar conduzindo a humanidade.

REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E CAPITALISMO

A Revolução Industrial começou a ser preparada no século XVII – apesar de que se trata de um processo histórico o que torna, por sua vez, difícil qualquer tentativa de datação¹ – a partir do momento em que a burguesia comercial passa a ocupar espaço no Parlamento Britânico em detrimento da Monarquia. Esse período é marcado pelo processo político de *Enclosure Acts* (cercamento dos campos) na Inglaterra. O cercamento² visava basicamente à criação de ovelhas em larga escala em campos cercados para se utilizar a lã na confecção de tecidos.

Segundo Lewis (1978, p. 14), a revolução industrial “transformou um setor industrial já existente ao introduzir novas maneiras de fazer as mesmas coisas”. Isto é, passou-se da produção de manufaturados à produção mecânica.

Assim sendo, uma massa de camponeses perdeu seu espaço de trabalho devido à menor necessidade de mão de obra na zona rural e se viu obrigada a migrar para as cidades. Uma parte dessa mão de obra passou a ser assalariada nas indústrias formando a classe operária e a parcela ociosa constituiu-se no “exército industrial de reserva”, assim denominado em 1867 por Karl Marx no Livro I de “O Capital” (2011). Todavia, alguns desses trabalhadores expulsos do campo conseguem se estabelecer na cidade, no final do século XVII, tornando-se pequenos industriais.

Até meados do século XIX, o capitalismo ainda era central, ou seja, concentrado na Europa Ocidental, especificamente na Inglaterra que predominava na produção industrial, nas finanças e no comércio internacional. A partir da metade do século XIX, ou seja, 100 anos após a 1ª Revolução Industrial, pode-se afirmar que o capitalismo se espalhou e a produção industrial se tornou a forma dominante de organização social. Observa-se que, nesse momento histórico, o capitalismo ocidental se encontrava centrado na Europa e também nos Estados Unidos.

No final do século XIX, em plena 2ª Revolução Industrial, ocorre uma grave crise, haja vista que tanto a Inglaterra quanto a França e a Alemanha se encontravam com excesso de produção e não tinham com quem comercializar esses produtos. Assim, dentro da lógica do sistema capitalista que visa o lucro, passaram a buscar novos espaços; mercados consumidores e possibilidades de investimento do capital excedente.

Por conseguinte, a partir de 1880, mais precisamente na Conferência de Berlim, em 1884, incrementa-se o neocolonialismo através de uma nova divisão internacional do mundo, implementada pelo Reino Unido, Estados Unidos e Alemanha, seguidos pela França e Japão e que tem por eixo a divisão/partilha da África, Ásia e América Latina em 2 tipos de colônia: as colônias comerciais e as de assentamento. A África foi efetivamente ocupada, com exceção da Etiópia, pelos países europeus.

1 Considera-se a existência de 3 revoluções industriais: a 1ª no período de 1750 a 1850; a 2ª de 1850 a 1950 e a 3ª a partir de 1950 até os dias atuais.

2 Até então, a criação de ovelhas se dava em *openfield* - campo aberto, sem cercas.

Essa expansão do sistema de produção capitalista do final do século XIX e início do século XX é um dos fatores que explica a eclosão da 1ª Guerra Mundial – que foi deflagrada em consequência da competição entre os países, ou seja, diferentes capitais nacionais que, por sua vez, estavam buscando mais espaço geográfico/político/econômico de atuação. Ressalte-se, dentre outros aspectos, que a Alemanha não possuía colônias e contava com indústrias, especialmente químicas, mais avançadas que a França ou a Inglaterra.

Registrem-se apenas mais alguns fatos históricos importantes desse período que, somados aos conflitos pendentes desde o final do século XIX, por sua vez, contribuíram para provocar a 2ª Guerra Mundial, basicamente como continuidade da primeira.

Enfim, com o término da 2ª Guerra Mundial, mesmo num momento em que os países europeus se encontravam abalados economicamente, há um crescimento da economia capitalista de forma que não se tinha visto até então. Os Estados Unidos, através do Plano Marshall, disponibilizaram um significativo montante de recursos³ para a reconstrução e recuperação dos países europeus e, em contrapartida, exigiram a ampliação do comércio com esses países.

ESTADO LIBERAL VERSUS KEYNESIANISMO

Desde o final da 1ª Guerra Mundial, começou a ser muito questionada a Escola Clássica então vigente na economia, bem como o chamado liberalismo que, conforme o Dicionário de Ciências Sociais (1987), se constituiu numa teoria política que colocava como condição básica da liberdade os direitos da propriedade, buscando com isso limitar os poderes de intervenção do Estado no desenvolvimento social e econômico.

Concomitante a isso, ocorreu o advento da ascensão de um Estado diferente do Estado Liberal de forma que o liberalismo econômico (o livre mercado, o Estado que não atuava, que apenas deveria cumprir os contratos e garantir a propriedade privada) cede lugar para o Estado Interventor como opção para sair da crise desencadeada em 1929.

Na concepção de Keynes (1978), o Estado devia intervir na economia, investir, direcionar investimentos, definir em quais áreas a iniciativa privada poderia atuar e salvaguardar para si os setores que considerasse estratégicos. Keynes utilizou-se de uma linguagem metafórica ao tecer críticas, por exemplo, ao *laissez faire, laissez passer*⁴; concepção dos economistas clássicos de que o Estado não deveria interferir em desajustes do mercado, pois o mesmo seria autorregulador:

3 O equivalente em 2017 a US\$ 143 bilhões, que a princípio seria aplicado para reconstruir os países europeus fronteiriços com a ex URSS para conter a expansão do regime socialista. Depois, o Plano Marshall foi expandido para toda a Europa.

4 Expressão máxima do liberalismo que refletia a livre iniciativa e o mercado autorregulador. A tradução literal significa “deixai fazer, deixai passar”.

Este é um método para elevar ao topo os negociantes melhor sucedidos, mediante uma luta cruel pela sobrevivência, que seleciona os mais eficientes. Não se leva em conta o custo da luta, mas apenas os lucros de resultado final, que se supõe serem permanentes. Como o objetivo é colher as folhas dos galhos mais altos, a maneira mais provável de alcançá-los é deixar que as girafas com os pescoços mais longos façam morrer à míngua as de pescoços mais curtos (Keynes, 1978, p. 116).

No entanto, para ter capacidade de investimento, o Estado recorreu ao sistema financeiro e com isso começou a tomar forma o capitalismo financeiro através de grandes conglomerados que estabeleceram o monopólio desse mercado. Registre-se que Keynes, em nenhum momento contrariou o sistema capitalista; ele, isto sim, buscou dar a receita para que o mesmo pudesse voltar aos trilhos através de políticas públicas anticíclicas.

Destaque-se que também nesse período surge o *Welfare State* – Estado de Bem-Estar Social – em que se geram melhores condições de vida aos trabalhadores através da garantia, via direitos, de benefícios sociais, tais como educação, saúde e previdência, entre outros.

Após o término da 2ª Guerra Mundial a busca pelo pleno emprego do capital, das pessoas e dos recursos se tornou mais intensa. A produção e o comércio se multiplicaram e houve um crescimento generalizado da renda. Esse crescimento na produção passa a gerar bem-estar, estabelecendo-se em definitivo o paradigma do consumo em massa.

No entanto, a preocupação com os impactos da ação humana sobre o meio ambiente ainda era muito incipiente até meados do século XX, não obstante a queda da qualidade de vida nas cidades de alguns países europeus – especialmente Inglaterra, Alemanha, França, Bélgica, Itália e Rússia - devido à poluição do ar gerada pela excessiva industrialização.

A partir da segunda metade do século passado a humanidade pôde acompanhar as consequências de um sistema remanescente da Revolução Industrial que, por visar apenas a produtividade com foco no crescimento econômico, não zelou pela qualidade do ambiente e a consequente saúde da população. Contaminações de rios, poluição do ar, vazamento de produtos químicos nocivos e a perda de milhares de vidas foram o estopim para que, partindo da população e passando pela comunidade científica, governantes de todo o mundo passassem a discutir e buscar formas de remediação ou prevenção para que tamanhas catástrofes não se repetissem (Pott; Estrela, 2017, p. 271).

Assim, durante a 2ª metade do século XX, tanto a poluição do ar quanto da água e do solo, bem como outras formas de agressão aos recursos e espaços naturais passaram a se tornar mais perceptíveis e, conseqüentemente, objeto de ações e políticas e públicas.

Isso ocorreu, principalmente, em função de desastres ambientais que chamaram a atenção mundial devido à extensão das consequências tanto ambientais quanto na perda de dezenas de milhares de

vidas humanas, dentre eles o *Big Smoke*⁵ ocorrido em Londres em 1952, o de Minamata, Japão em 1956, o da Vila Socó em Cubatão – São Paulo e o de Bhopal na Índia ambos 1984, além do acidente nuclear em Chernobyl na Ucrânia em 1986, entre diversos outros de iguais ou menores proporções.

MODELO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO VERSUS MEIO AMBIENTE

Ressalte-se que já em 1866, o biólogo alemão Ernst Haeckel utilizou-se pela 1ª vez o termo “ecologia” para efeitos de estudos entre as espécies e o meio ambiente. Em 1934, surge o 1º Código Florestal no Brasil. Na Suíça, em 1947, fundou-se a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN).

Entretanto, Rachel Carson ao publicar seu livro “Primavera Silenciosa”⁶ em 1962, tornou-se a principal responsável pela disseminação da preocupação humana com a degradação ambiental planetária.

Assim, a partir da década de 1960 tomou corpo em definitivo o questionamento ao modelo de crescimento econômico vigente, pois se começou a discutir a relação entre o mesmo e seus impactos nocivos ao meio ambiente.

Em 1968, fundou-se o Clube de Roma que foi composto por uma equipe multidisciplinar integrada por 30 profissionais: cientistas, educadores, humanistas, economistas, industriais, políticos, entre outros, oriundos de dez países com o objetivo de estudar e avaliar o paradigma mundial da utilização indiscriminada dos recursos naturais, tendo como foco principal estabelecer os limites do crescimento econômico.

Em 1972, encomendou-se um estudo aprofundado sobre a questão ao *Massachusetts Institute of Technology* (MIT). O produto desse trabalho foi o relatório “Os Limites do Crescimento” que, dentre os principais problemas, destaca o crescimento populacional exponencial, a acelerada industrialização, a escassez de alimentos e a deterioração do meio ambiente em função da exploração de recursos naturais não renováveis. Nesse contexto, propõe-se o conceito do desenvolvimento sustentável, haja vista a constatação da finitude dos recursos naturais do planeta (Meadows, 1973).

Segundo Furtado (1998, p. 09), as constatações apresentadas na obra “Os Limites do Crescimento” tiveram fundamental importância por trazer “para o primeiro plano da discussão problemas cruciais que os economistas do desenvolvimento econômico sempre deixaram à sombra”.

Ainda em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo, 113 países e 400 instituições governamentais e não-governamentais se reuniram pela primeira vez para tratar das questões relacionadas às consequências da degradação ambiental. Dentre os principais temas abordados estavam a luta contra a poluição, a qualidade da água, as mudanças climáticas, o uso de agrotóxicos, os desastres naturais e o desenvolvimento sustentável.

5 O Grande Nevoeiro. Estima-se que tenha causado a morte de 12.000 pessoas. Disponível em: <<https://gizmodo.uol.com.br/formacao-nevoeiro-londres/>>. Acesso em: 03 dez. 2019.

6 *Silent Spring* - Obra faz um alerta acerca da utilização indiscriminada de produtos químicos (pesticidas) bem como seus efeitos nocivos em diversos organismos, especialmente em aves. Mais detalhes ver Carson (1969).

A Conferência de Estocolmo estabeleceu-se como um marco nas tentativas de melhorar as relações do homem com o Meio Ambiente e também por ter inaugurado a busca pelo equilíbrio entre desenvolvimento econômico e redução da degradação ambiental em termos de poluição urbana, rural, desmatamento, entre outros.

Um dos principais embates registrados no evento ocorreu entre os países desenvolvidos, defensores da tese do “desenvolvimento zero” e as nações subdesenvolvidas que advogaram os princípios do “desenvolvimento a qualquer custo⁷”.

Em decorrência dessa disputa, surgiu o termo “ecodesenvolvimento” – proposto por Maurice Strong e ampliado em seguida por Ignacy Sachs, que agregou ao termo algumas dimensões específicas que diziam respeito às questões econômicas, culturais, éticas, sociais e as relativas à gestão participativa.

Myrdal (1972, p. 24) analisa o processo de desenvolvimento de forma comparativa entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos e conclui que “[...] é arriscado sustentar que tenha havido progresso econômico nos últimos decênios para a humanidade, considerada em conjunto” se for levado em consideração que os países pobres – que formam o maior grupo – se desenvolvem mais lentamente e seu crescimento populacional tem sido mais rápido.

Há que enfatizar que na década de 1980, os partidos políticos, que defendiam a plataforma verde, entraram mais efetivamente na arena política europeia e testemunhou-se também o surgimento e crescimento de organizações ambientais, ampliando-se as arenas de debates sobre o tema através da participação mais direta dos atores da sociedade civil.

Com vistas a cumprir uma das Recomendações da Conferência de Estocolmo, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) realizaram em Belgrado um Encontro Internacional em Educação Ambiental, em 1975. Assim, na Carta de Belgrado, foi lançado o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA) que visava ao estabelecimento de políticas públicas em âmbito mundial na área de educação ambiental com caráter interdisciplinar em todos os níveis de ensino abrangendo cidadãos das áreas urbana e rural.

Importante destacar ainda as audiências feitas em diversos países ao redor do mundo, em 1983, pela recém-criada Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) – também conhecida como Comissão Brundtland – que produziu seu relatório final, em 1987, intitulado “Nosso Futuro Comum” (*Our Common Future*) no qual se estabeleceu em definitivo o conceito - utilizado até os dias atuais – de desenvolvimento sustentável⁸.

7 A impossibilidade do respeito ao meio ambiente devido ao fato de que a ideia de cessação do desenvolvimento industrial afetaria profundamente de forma negativa a economia.

8 Desenvolvimento que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade de gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.

Em 1990, em Moscou, foi realizado o Congresso Internacional UNESCO–PNUMA sobre a educação e a formação relativas ao meio ambiente com participação de 300 especialistas de 94 países. A partir desse congresso foi elaborado o documento “Estratégia Internacional de Ação em Matéria de Educação e Formação Ambiental para o Decênio de 1990”. Entretanto, conforme Assis (1991), apesar desse documento se desdobrar em três estratégias:

Nenhuma das estratégias, porém, têm impedido que o desenvolvimento pouco racional conduza a um nível de contaminação de alcance mundial sem precedentes; que o desmatamento represente 11 milhões de alqueires por ano [...] que o rápido crescimento urbano agrave os problemas ambientais; e que uma administração ambiental inadequada transforme nove milhões de quilômetros quadrados de terra cultivável em desertos, um problema que aumenta a cada dia (Assis, 1991, p. 59-60).

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), a Rio 92, Eco 92 ou ainda Cúpula da Terra foi convocada para comemorar os 20 anos da Conferência de Estocolmo e discutir as propostas do Relatório Brundtland (Nosso Futuro Comum), especialmente, no que se referia ao desenvolvimento sustentável.

Verifica-se que a partir daí desencadeou-se uma série de outros congressos e conferências tais como: Viena, Cairo, Barbados, Copenhague, Beijing, Istambul, Roma, Rio+5, Rio+10, Rio+20 que trataram de temas diversos, dentre eles, Direitos Humanos, População e Desenvolvimento Social e Sustentável, Mulher, Assentamentos Humanos, Alimentação, entre outros, todavia sempre também com uma abordagem voltada às questões relativas ao meio ambiente; ao desenvolvimento sustentável.

Desta forma, inúmeras leis, acordos e convenções foram firmadas e estabelecidas internacionalmente. Dentre essas, pode-se destacar o Protocolo de Kyoto, em 1997, com o objetivo de reduzir a emissão de gases causadores do efeito estufa apontado como a principal causa do aquecimento global. Infelizmente, os Estados Unidos da América, um dos países mais poluidores do mundo, se não assinou o Protocolo sob a alegação que isso afetaria negativamente a sua economia.

Na Cúpula do Milênio, no ano 2000, na sede da ONU, 189 países-membros firmaram os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) onde se estabeleceu uma série de prioridades nas áreas de paz, segurança, meio ambiente, luta contra a pobreza, direitos humanos, entre outras. Todas as nações se comprometeram em envidar esforços até 2015 para o enfrentamento dessas questões cruciais para a humanidade.

Em 2015, na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, foi construído um novo desafio universal através do estabelecimento da Agenda 2030; os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que buscam o equilíbrio entre as três dimensões do desenvolvimento sustentável: social, ambiental e econômica.

Conforme se preconizou, a implementação dos ODS dependerá de uma parceria global entre governos, sociedade civil, academia, setor privado, mídia e outros atores, para a consecução dos seus propósitos, haja vista que totalizam 17 objetivos, 169 metas e cerca de 240 indicadores.

Esses objetivos abrangem diversas áreas, tais como a agricultura sustentável, o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, a industrialização inclusiva e sustentável. Destacam-se a seguir os mais diretamente relacionados à questão ambiental:

Objetivo n° 6 - Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.

Objetivo n° 12 - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis. **Objetivo n° 13** - Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.

Objetivo n° 14 - Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

Objetivo n° 15 - Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Os países signatários têm até 2030 para implementar políticas públicas com vistas a alcançar esses objetivos.

BRASIL, AMÉRICA LATINA E RECURSOS NATURAIS

Conforme demonstrado anteriormente, a intensificação da produção e consumo em massa provocados em grande parte devido ao aumento significativo da população mundial, especialmente a partir da 2ª metade do século XX, passaram a refletir os problemas relativos à degradação ambiental.

Com relação ao Brasil, um dos fatores que contribui substancialmente para a agressão ao meio ambiente, segundo Maricato (2003), diz respeito à intensidade da reversão demográfica, ou seja, no final do século XIX, 10% população era urbana, enquanto que no final do século XX, apenas 20% é rural. Atualmente, de acordo com o IBGE, 85% da população vive em áreas urbanas e, apenas, 15% vive em áreas rurais.

Assim, como um dos principais reflexos dessa urbanização maciça, Maricato (2003) analisa a questão referente às ocupações urbanas ilegais e denuncia a tolerância do Estado frente a esse processo, especialmente quando o mesmo ocorre em áreas de proteção ambiental. Alerta, a autora que essa ocupação ilegal, pobre e predatória, além de outros aspectos, compromete recursos que são, por sua vez, fundamentais a toda a comunidade, dentre eles, os mananciais de água.

Um cenário frequente resultante dessa dinâmica de ocupação ilegal de áreas de proteção ambiental é o conflito que opõe a população, que luta para permanecer no local, apoiada por um parlamentar clientelista, insensível à questão social, ou um parlamentar democrático, perplexo, sensível a ambos os problemas, e que tem, como adversários, o ministério público e ONGs dedicadas à causa ambientalista (Maricato, 2003, p. 158).

No que se refere ao comprometimento ambiental devido à precariedade do saneamento básico, afirma Maricato (2003, p. 161): “Dos habitantes de áreas urbanas, 60 milhões aproximadamente não têm coleta de esgotos e do esgoto coletado 75% é jogado *in natura* nos córregos, rios, lagos e praias”.

Hogan (2005), ao tratar da temática concernente à mobilidade populacional e à sustentabilidade ambiental em cidades latino-americanas, entende que a discussão sobre o fenômeno da migração e os impactos sobre o meio ambiente “implica tratar da distribuição dos recursos naturais no território, do uso histórico desses recursos por parte das populações humanas e de seu esgotamento ou degradação” (Hogan, 2005, p. 326).

Em consonância com o entendimento de Maricato (2003), Hogan (2005) acrescenta reflexões no que diz respeito às sérias consequências ambientais provocadas pelo intenso processo de periferação; dentre elas, cita de maneira destacada a degradação dos recursos naturais e da qualidade do ambiente.

Ao efetuar um estudo sobre as mudanças climáticas na América Latina face à migração, Kaenzig e Piguet (2011) concluíram que o aspecto da mudança climática, mais claramente ameaçador em termos de migração forçada, em nível mundial, é a elevação do nível do mar. Neste aspecto, dentre vários agravantes, um dos mais delicados se relaciona ao fato de que 44% da população mundial está estabelecida em regiões costeiras, sendo que na América Latina, 80% das pessoas que vivem em áreas inundáveis encontram-se nas cidades. Além da migração forçada, a elevação do nível do mar afeta mais diretamente a biodiversidade, o turismo, a pesca e as infraestruturas.

Enfim, tanto a intensidade quanto à frequência ou a quantidade de desastres “naturais” tais como inundações, desmoronamentos, furacões, tornados, desertificação, erosão, incêndios florestais, entre outros, sinalizam de forma inequívoca um profundo desequilíbrio ambiental. Martine e Alves (2015) discutiram acerca desse processo:

A ciência já determinou de forma incontestável que várias fronteiras ecológicas globais estão sendo ultrapassadas, abrindo a probabilidade de transformações bruscas e incontroláveis na esfera planetária se não houver mudanças significativas e urgentes na trajetória da nossa civilização. O atual momento histórico, marcado por profundas crises ecológicas, econômicas e sociais, exige repensar essa situação à luz dos limites que estão sendo impostos pela própria natureza (Martine; Alves, 2015, P. 434).

Especificamente, no que concerne aos estudos elaborados acerca da geopolítica da região amazônica sob vários prismas, dentre eles a inserção da Amazônia na geopolítica da água, Becker (2005) aprofunda o debate sobre o conceito da economia de fronteira e afirma que os países latino americanos se constituem nas “mais antigas periferias do sistema mundial capitalista”.

Seu povoamento e desenvolvimento foram fundados de acordo com o paradigma de relação sociedade-natureza, que Kenneth Boulding denomina de economia de fronteira, significando com isso que o crescimento econômico é visto como linear e infinito, e baseado na contínua incorporação de terra e de recursos naturais, que são também percebidos como infinitos. Esse paradigma da economia de fronteira realmente caracteriza toda a formação latino-americana. Hoje, o imperativo é modificar esse padrão de desenvolvimento que alcançou o auge nas décadas de 1960 a 1980. É imperativo o uso não predatório das fabulosas riquezas naturais que a Amazônia contém [...] (Becker, 2005, p. 72).

No que diz respeito à exploração da Amazônia e demais recursos naturais na América Latina, pode-se perceber que os pensadores da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) não abandonaram os questionamentos levantados na Conferência de Estocolmo no sentido de que os países subdesenvolvidos deveriam exercer seu direito soberano de explorar seus recursos na busca do seu crescimento econômico:

[...] durante siglos, algunos de los países hoy industrializados tuvieron el privilegio de extraer de su propia naturaleza y del resto del globo los productos que exigían el crecimiento de su población y de su producción, y el aumento de sus niveles de vida. Pudieron apropiarse de las tierras más aptas del mundo para los productos que requerían, o inducir su cultivo, pudieron cosechar las mejores maderas de los mejores bosques, lograron criar el ganado en las zonas más apropiadas, explotar los mejores recursos pesqueros en las zonas más asequibles y extraer los minerales y la energía fósil de más alta ley y mejor ubicación (Sunkel; Gligo, 1980, p. 23).

Cimoli (2005) citado por Gaitán (2014, p. 25) afirma que desfrutar os recursos naturais não conduz a nenhum tipo de maldição: “[...] son estrategias competitivas y por ello se asume que las sociedades enfrentan opciones e eligen ciertas trayectorias de crecimiento entre otras posibles. Esta decisión es más importante en largo plazo que la dotación inicial de recursos naturales.” Gaitán cita ainda que a América Latina continua sendo a região mais desigual do mundo e que, segundo dados de 2012 da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), “no século XXI, um continente rico em recursos naturais condena 50 milhões de seus habitantes a passar fome” (Gaitán, 2014, p. 26).

Dupuy (1980) alerta para o fato de que os países industrializados consomem 87% dos recursos energéticos mesmo tendo apenas 13% da população mundial, de forma que:

Apropriam-se da metade da pesca mundial, não deixando para o Terceiro Mundo mais do que a quinta parte. Eles utilizam para se alimentar, 20% das superfícies agrícolas do globo além das suas próprias. Estabelecem no Sahel, em plena fome, uma criação de 150.000 hectares que deve fornecer carne à Europa. Dão 2/3 da colheita mundial de soja a seus animais, enquanto a soja é o primeiro alimento proteínico para um bilhão de habitantes da Ásia. Afirmam que a hidrosfera e a atmosfera serão envenenadas pelos resíduos dos 8, 12 ou 16 bilhões de homens do próximo século, mas os 500 milhões de habitantes da Europa Ocidental e da América do Norte causam hoje ao meio ambiente tantos estragos como o fariam (se existissem) dez bilhões de indianos (Dupuy, 1980, p. 27-28).

Por sua vez, ao tratar do tema das mudanças climáticas, no *USP Talks*⁹ em 30/11/2016, o professor Paulo Artaxo – referência mundial no estudo da física aplicada a problemas ambientais – do Instituto de Física (IF) da Universidade de São Paulo (USP) enfatiza a necessidade da revisão dos padrões globais de consumo:

Quando a China, Índia e África, que juntas têm hoje mais de 3 bilhões de habitantes, resolverem ter o mesmo padrão de consumo dos países desenvolvidos – e isso não vai demorar –, não precisa ser muito inteligente para perceber que não vai dar certo. Precisamos mudar o sistema.

Sabe-se que o planeta, especialmente nas últimas três décadas, tem sido marcado por muitas e grandes transformações e que o conceito de desenvolvimento incorpora noção de mudança. Assim sendo, Oliveira (2013) afirma que, para isso, se faz necessário romper a lógica dominante alicerçada na ideia do crescimento:

Enquanto a lógica do sistema econômico herdada dos ensinamentos da economia clássica estiver centrada na ideia do crescimento, a economia continuará cometendo o seu mais grave erro ao considerar os recursos naturais como algo infinito, ignorando os limites da biosfera no que tange à sua capacidade de prover recursos e absorver dejetos. Romper com essa lógica dominante e buscar estabelecer uma economia pautada na ideia do *decrescimento* parece ser, a contento, a saída mais plausível para assegurar-se uma perspectiva de vida saudável num futuro próximo. Fora isso, a economia deve “conversar” com a ecologia. A temática ecológica precisa, necessariamente, estar na

9 Disponível em: <<https://jornal.usp.br/universidade/padrao-de-consumo-atual-e-insustentavel-para-populacao-de-7-bilhoes/>>. Acesso em: 03 dez. 2019.

agenda econômica de tal forma que não pode haver separação de diálogos e ações entre essas ciências (Oliveira, 2013).

Enfim, independente do prisma sob o qual se observe – desde o princípio dos tempos até a atualidade – a odisseia do homem no Planeta Terra, pode-se inferir que não se trata de uma das mais árduas tarefas reconhecer com exatidão o trajeto percorrido pelo mesmo, haja vista que esse percurso tem sido marcado por inequívocos rastros de predação, ou seja, suas pegadas indeléveis encontram-se impressas no meio ambiente e também nos seus iguais; autofagicamente, na sua própria espécie.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao apresentar as reflexões anteriores, temos consciência dos problemas de contradição que a política ambiental sofre, em todos os níveis, ante o imperativo da expansão da economia. Todavia, sabe-se que dentre as funções da academia, encontra-se a de realizar estudos e apresentar trabalhos e provocações com vistas a inspirar agentes públicos, tanto nas esferas locais quanto nacionais ou globais, no sentido de formular e implementar políticas públicas – neste caso específico – de enfrentamento à degradação do meio ambiente.

Neste sentido, agregamos aqui as palavras do já citado professor Paulo Artaxo que alerta para a necessidade de mudar o sistema socioeconômico e nosso modo de vida para reverter as mudanças climáticas: “Precisamos começar a pensar que todos dividimos a mesma casa, acabar com o conceito de ‘país’ e implementar políticas públicas globais em relação ao meio ambiente”.

Ressaltamos que isso se faz imperativo, pois conforme explicou Martine (2014, p. 214): “O risco de ignorar os limites ambientais globais é gravíssimo. Estima-se que as atividades antrópicas já superaram a capacidade de autorregeneração em pelo menos 50%, ou seja, o nosso planeta precisaria de um ano e meio para regenerar o que usamos em um ano”.

Finalmente, entendemos que as culturas do consumo de massa, da exploração desenfreada dos recursos naturais e do desrespeito aos direitos humanos e aos direitos da natureza prenunciam que um colapso social preceda um colapso ambiental, pois vivemos numa sociedade capitalista onde milhões de pessoas passam fome enquanto que, paradoxalmente, imensas áreas agriculturáveis de terra são utilizadas para produzir combustíveis ao invés de alimento.

REFERÊNCIAS

- Artaxo, Paulo. *Padrão de consumo atual e insustentável para população de 7 bilhões*. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/universidade/padro-de-consumo-atual-e-insustentavel-para-populacao-de-7-bilhoes/>>. Acesso em: 03 dez. 2019.
- Assis, Eveline Silva de. A Unesco e a Educação Ambiental. *In: Em Aberto*. Brasília. v. 10, nº 49, jan./mar. 1991.
- Becker, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. *In: Estudos Avançados*. São Paulo. v. 19, nº 53, 2005.

- Carson, Rachel. *Primavera silenciosa*. 2.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1969.
- Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). *Nosso futuro comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991.
- Dicionário de Ciências Sociais*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1987.
- Dupuy, Jean-Pierre. *Introdução à Crítica da Ecologia Política*. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1980.
- Furtado, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- Gaitán, Flavio. *Auge, ocaso y resurgimiento de los estudios sobre desarrollo en América Latina*. CEPAL. Colección Documentos de Proyectos, Santiago de Chile, março, 2014.
- Hogan, Daniel Joseph. Mobilidade populacional, sustentabilidade ambiental e vulnerabilidade social. *In: Revista Brasileira de Estudos de População*. São Paulo, v. 22, nº 2, jul./dez. 2005.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censos demográficos*. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em 21 de dez. 2019.
- Kaenzig, Raoul; Pigué, Etienne. Migração e mudança climática em América Latina. *In: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*. Brasília. Ano XIX, nº 36, jan./jun. 2011.
- Keynes, John Maynard. *Economia*. Trad.: Mirian Moreira Leite. São Paulo: Ática, 1978.
- Lewis, W. Arthur. *A Ordem Econômica Internacional*. São Paulo: Edições Vértice, 1978.
- Maricato, Hermínia. Metrôpole, legislação e desigualdade. *Estudos avançados*, São Paulo. v. 17, nº 48, 2003.
- Martine, George. *O contraste entre o desenvolvimento sustentável na CIPD e a realidade atual*. Rio de Janeiro: ALAP Editora, 1ª ed., 2014.
- Martine, George; Alves, José Eustáquio Diniz. Economia, sociedade e meio ambiente no século 21: tripé ou dilema da sustentabilidade? *In: Revista Brasileira de Estudos de População*. Rio de Janeiro, v. 32, nº 3, set./dez. 2015.
- Marx, Karl. *O Capital*. Livro 1. 2ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- Meadows, D. H. et al. *Limites do crescimento: um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o Dilema da Humanidade*. Tradução de I. M. F. Litto; original em língua inglesa: Nova Iorque: Universe, 1972; prefácio de W. Watts e comentário da Comissão Executiva do Clube de Roma. São Paulo: Perspectiva, 1973. (Coleção Debates, 90)
- Myrdal, Gunnar. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1972.
- Oliveira, Marcus Eduardo de. Por uma Economia pautada na ideia do decrescimento. *EcoDebate*, edição nº 1822, 25/04/2013. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2013/04/25/por-uma-economia-pautada-na-ideia-do-decrescimento-artigo-de-marcus-eduardo-de-oliveira/>>. Acesso em: 01 jul. 2019.
- Pott, Crisla Maciel; Estrela, Carina Costa. Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento. *Estudos Avançados*. São Paulo. v. 31 nº 89, 2017.
- Prebisch, Raúl. *Hacia una teoría de la transformación*. Revista de la CEPAL, 2008.

Sunkel, Osvaldo; Gligo, Nicolo. *Estilos de desarrollo y medio ambiente en la América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, Vol. 1, 1980.